



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 31 de maio de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) – Declaro aberto os trabalhos da 10ª audiência pública que a Comissão realiza no ano de 2011. Esta é a 2ª audiência pública em atendimento ao dispositivo do artigo 9º, do inciso IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal que determina que até o final dos meses de fevereiro, maio e setembro o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Foi convidado o nobre Secretário das Finanças que já se encontra presente, o Sr. Mauro Ricardo; o Sr. George, Secretário Adjunto; e o Sr. Ronilson, Secretário da Receita. Gostaria de chamá-los para compor a Mesa.

Tem a palavra o nobre Secretário.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Saúdo o nobre Presidente desta comissão, Vereador Antonio Carlos Rodrigues. É uma grande satisfação retornar à Câmara de Vereadores que tanto ajudou a Prefeitura em 2005 e 2006, quando tive a oportunidade de estar a frente da Secretaria de Finanças, e tivemos a ajuda da Câmara dos Vereadores em fazer um processo de reformulação no sistema tributário municipal de tal forma que pudéssemos gerar receitas extremamente importantes para os investimentos que estão sendo feitos na Cidade.

- O Sr. Mauro Ricardo Machado Costa passa a referir-se às imagens em tela de projeção.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – O objetivo desta apresentação é fazer a demonstração e a avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao primeiro quadrimestre de 2011, cumprindo a determinação estabelecida no §4º, do artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O comportamento da receita no primeiro quadrimestre, tivemos uma receita arrecadada de quase 11 bilhões de reais, uma variação nominal de 11% em relação à 2010, ou de 4,5, uma variação real já descontada do IPCA em relação à 2010. Um crescimento da

receita corrente de 5% e um decréscimo na receita de capital que explicarei mais a frente a motivação.

Com relação às receitas correntes, tivemos um comportamento muito bom da receita tributária, um crescimento real de 7%; na receita de contribuições, tivemos um pequeno decréscimo de 1,7; na receita patrimonial, houve um pequeno decréscimo de 8%; receita de serviço, crescimento significativo de 56%; enfim, receita de transferência, outras receitas. O crescimento na receita corrente real de 5%. Essa é a composição da receita corrente.

Como podemos observar, 51% da receita corrente é composta da receita tributária, que é a receita do IPTU, do ISS e das taxas municipais. 40% é referente às transferências computadas, logicamente, as transferências relativas com a parte de ICMS, do Fundo de Participação dos Municípios e também do IPVA.

No que se refere às receitas tributárias e de transferências temos um crescimento, no primeiro quadrimestre, de quase 6%. Destaca-se a receita proveniente do ISS com o crescimento de 10,2% e o crescimento proveniente do Fundo de Participação dos Municípios de aproximadamente 46%.

Tivemos no quadrimestre quase 6% de crescimento real das receitas tributárias e das transferências oriundas de tributos estaduais ou federal.

O comportamento da receita. Os senhores podem ver o crescimento do ISS, 2.570; crescimento do IPTU chegando a 2 bilhões 192 milhões de reais. Esta é a variação real do crescimento do ITBI com aproximadamente 9,9%; IPTU, 4,9%; do ISS, 10,2%.

Esse é o comportamento das transferências oriundas de tributos estaduais – ICMS, IPVA – e federais no que se refere ao Fundo de Participação. Nosso Fundo de Participação, apesar de ter um crescimento significativo de mais de 45%, representa muito pouco em relação à receita. Podemos observar 62 milhões de reais contra as receitas oriundas do ICMS, de 1 bilhão e 800 milhões de reais, ou do IPVA, de 1 bilhão e 400 milhões de reais.

No que se refere às receitas de capital, tivemos um decréscimo real de 9%,

basicamente por conta da alienação de bens. O que é alienação de bens? Ano passado foi feita a alienação da folha de pagamentos para o Banco do Brasil e essa receita ocorreu em 2010, porém não ocorreu em 2011. Esse recebimento foi parcelado em 2010 e, logicamente, não foi recebido – esgotou esse parcelamento em 2010. Por isso que há esse decréscimo de 2,6 nominal ou 9% real.

A composição da receita de capital. A maior parte dela são oriundas de demais receitas e transferências de capital, que são convênios feitos, na ordem de 46% de composição da receita.

Expansão nominal e real da arrecadação comparando a receita do Município com a receita do Estado e com a receita de tributos federais – os principais tributos. Os senhores podem observar que o nosso ISS cresce a nível real 10,2; o IPTU, 5%. Do ano passado para este o que houve com o IPTU foi basicamente a correção oriunda da variação do IPCA de 2009 para 2010 que está aqui apresentado em torno de 5%. Houve um crescimento significativo do ITBI, em torno de 10%. Ou seja, os nossos principais tributos crescem em média 7,9% ou quase 8%.

Os principais tributos estaduais crescem bem menos do que crescem os tributos municipais. Vocês podem observar, o ICMS cresce 4,3%; o IPVA 5,8% e o TCMD, que é o Imposto Sobre Transmissão de Causa Morte e Doação, aproximadamente 21%.

Então o comportamento da receita municipal está bem melhor do que o comportamento das principais receitas tributárias estaduais. No que se refere ao Governo Federal, o crescimento é bem maior do que o crescimento do Município e do Estado, exatamente por conta de incentivos fiscais que foram concedidos no passado, que não estão na base de 2010 e foram excluídos já no 2º quadrimestre de 2010, então em 2011 não há incentivo e em 2010 há incentivo, por isso que há esse crescimento significativo, principalmente para o setor automobilístico, que teve uma redução significativa do IPI. Então por isso o comportamento da receita do Governo Federal está bem melhor do que o

comportamento das receitas municipal e estadual.

Podem observar no quadrimestre que tivemos um crescimento de quase 8% no Município, quase 5% no Estado e em torno de 15% na União. Com relação às despesas o nosso comportamento é o seguinte: tivemos um crescimento no primeiro quadrimestre em torno de 4% da despesa contra um crescimento de receita de 4,5, ou seja, a receita cresceu mais do que a despesa, mostra uma situação adequada em relação à gestão fiscal do Município. As receitas correntes cresceram 7,6% e as despesas de capital 47,2%.

No que se refere às despesas correntes tivemos em relação a pessoal em cargos sociais um crescimento real de 3,2%, um crescimento na dívida de 11% - juros e encargos da dívida – e um decréscimo em outras despesas correntes de 2,4% no primeiro quadrimestre em relação ao primeiro quadrimestre do ano passado. Nossas despesas correntes cresceram em termos reais apenas 1,4%, que demonstra um controle rígido em relação à evolução das despesas correntes. Podem observar que enquanto a receita cresce 4,5% a despesa cresce apenas 1,4%.

No que se refere à despesa de capital tivemos um crescimento significativo, em relação ao ano passado, de quase 40%, em investimentos e também em relação à amortização da dívida. Podem observar que o crescimento dos serviços da dívida é grande, crescem os juros e também a amortização da dívida junto à União.

Esses são os principais investimentos realizados em 2011. Cento e nove milhões foram de pagamentos de precatórios relativos às desapropriações ocorridas no passado, que é computado como investimentos. Os programas de mananciais 80 milhões de reais, urbanização de favelas 53 milhões de reais, recapeamento, operações urbanas, enfim, aqui tem uma lista enorme de investimentos que a Prefeitura fez nesses quatro primeiros meses do ano, que representam um crescimento significativo em relação ao que vinha ocorrendo em 2010. Apesar de termos controle em relação às nossas despesas correntes, está havendo uma ampliação das despesas de investimentos. Despesa de capital, em especial as despesas de

investimentos.

Próximo. Os resultados alcançados nesse primeiro quadrimestre, todos podem observar que as nossas receitas chegaram a quase 11 bilhões de reais e as nossas despesas liquidadas em torno de 7,5 bilhões de reais.

Próximo. Esse é o resultado orçamentário que compara a receita arrecadada com as despesas liquidadas ou despesas empenhadas. Aqui estamos fazendo dois tipos de comparação, com o que está liquidado, ou seja, reconhecido o direito do credor de recebimento daqueles recursos, ou a despesa empenhada, que é um compromisso que a Administração fez, mas que ainda não foi totalmente liquidado.

Então, do Orçamento de 35,6 bilhões de reais já realizamos receitas de, aproximadamente, 11,4, ou seja, nesse primeiro quadrimestre já arrecadamos 32% de toda receita prevista no Orçamento e já liquidamos 7,4 bilhões de reais, 21% do que estava previsto no Orçamento. Com um superávit de, aproximadamente, 4 bilhões de reais, se comparado com a despesa liquidada, mas se compararmos com os compromissos efetuados, até ao final do exercício, temos um déficit de quase 1,1 bilhão, por já termos empenhado, aproximadamente, 12,5 bilhões de reais, contra uma arrecadação de 11,4. Logicamente, parte dessa despesa empenhada será paga com a realização das receitas de maio a dezembro.

Próximo. No que se refere ao resultado primário, que são as receitas e despesas não financeiras, temos aí receitas primárias de 11,2 bilhões contra despesas primárias liquidadas de 6,8, o que nos dá um resultado primário de 4,4 bilhões de reais. Com uma meta estabelecida na LDO de 861 milhões. Então, estamos numa situação bem confortável em relação à meta estabelecida na LDO. Se considerarmos novamente aqui as despesas empenhadas, que são os compromissos até ao final do exercício, temos um déficit de, aproximadamente, 1,1 bilhão de reais.

Próximo. Esta é a representação gráfica da meta de 861, e é o que temos no primeiro quadrimestre, alcançamos um resultado de 4,4 bilhões.

Próximo. Esta é a representação gráfica, da mesma forma, para o período de 2001 até 2011, podemos ver o comportamento da meta em relação ao resultado. Sempre estamos em situação, desde 2005, em que o resultado alcançado é maior do que a meta estabelecida.

Resultado nominal que avalia o crescimento da receita, a meta era de termos o resultado de 4,2 bilhões, o nosso resultado é 2,571. Quanto maior, pior. Quanto maior o resultado, maior o déficit, em relação ao crescimento da dívida. Isso ocorre basicamente por conta do indexador, que é o IGPDI, que é um indexador extremamente perverso, que não tem qualquer relação com a variação da receita do Município, e com os juros que temos cerca de 9%. Para todos terem uma ideia, no ano passado, a dívida da Prefeitura cresceu em torno de 22%. Neste ano, crescerá algo por volta de 17%. Então, a dívida está hoje numa situação impagável, o que necessita de uma renegociação, junto ao Governo Federal, que é o que a Prefeitura de São Paulo tem tentado junto ao Ministro Guido Mantega e à Presidente Dilma.

Como se pode observar a meta é de 4,2 bilhões e o nosso resultado de 2,571, ou seja, isso significa que a LDO estabelecia que a dívida poderia crescer, durante esse período, 4,2 bilhões, mas cresceu 2,5 bilhões de reais.

Próximo. Esse é o comportamento do resultado em relação à meta estabelecida.

Próximo. Escrevemos em “restos a pagar”, no final de 2010, 1,947 bilhão, já foram pagos, até 30 de abril, 605 milhões de reais, cancelados 45 e ainda tem um saldo, ou havia um saldo a pagar em 1º de maio, de 1,298 bilhão, a pagar.

Próximo. Com relação ao comportamento da dívida e os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e nas resoluções do Senado Federal, no que se refere à despesa de pessoal, o limite máximo de 60%. O limite prudencial que é 95% do limite máximo de 57. A nossa situação hoje é de 34,06.

No que se refere ao limite de garantias, podemos comprometer até 22% da receita corrente líquida, mas comprometemos apenas 0,15%. No que se refere a operações de crédito, o limite do Senado é 16% da receita corrente líquida, estamos hoje em 0,05%. O limite,

também, para antecipação de receita de 7%, não fizemos nenhuma operação de antecipação de receita.

No que se refere à nossa dívida consolidada líquida, em 30.4.2011, montava em 57 bilhões de reais, deveria estar numa trajetória de redução, até 2016, em 37 bilhões de reais. Para chegar a 37 teríamos de fazer uma amortização de 19 bilhões de reais, para poder entrar na trajetória. Todos podem observar que é impossível que a Prefeitura venha a despender 19 bilhões do seu orçamento para poder levar a dívida a uma trajetória que consiga, em 2016, levar a dívida a um valor, ou representar essa dívida, 1,2% da receita corrente líquida. Ou seja, em 2016, tinha de estar em 31,6 bilhões, que significaria que teríamos de amortizar 25,4 bilhões de reais. É impossível esse aporte, que se retire esse recurso de um orçamento de 35 bilhões de reais no ano, se retire 25 bilhões para poder fazer a amortização da dívida e levar esta dívida a representar 1,2% da receita corrente líquida.

Este é o comportamento da dívida, a trajetória estabelecida por uma resolução do Senado. Deveríamos estar aqui em 1,44, estamos aqui, quase 2,17. Com tendência logicamente de crescimento por conta do IGPDÍ neste ano, que deve alcançar algo em torno de 8%, mais juros de 9% ao ano.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA - Não, em 2001, estava 193. Em maio 2001 foi contratada, vai crescendo por conta do indexador que é o IGPDÍ, mais juros. Então, vai crescendo, chega a 245 aqui, e vai. Isso aqui são variações do IGPDÍ. Aqui tem a crise cambial, aí aumenta o IGPDÍ, aqui teve novamente um crescimento significativo do IGPDÍ, em 2010, que foi algo em torno de 11,3%. Se somarmos os juros de 9% chegamos a quase 22% de crescimento da dívida. Hoje, o indexador estabelecido se mostra totalmente inadequado. Todos verão no quadro seguinte, qual é a situação que ocorreu.

Por exemplo, nesse quadrimestre, a dívida fechada em dezembro de 44,1, a correção monetária dessa dívida de 1,3, ou seja, apenas a correção do IGPDÍ nesses quatro

meses, elevou a dívida em mais 1,3, fizemos uma pequena amortização de 100 milhões de reais, juros incorporados ao saldo devedor e amortização também incorporada ao saldo, nesses quatro meses tivemos um crescimento da dívida de 1,8. Em quatro meses a dívida cresceu quase 2 bilhões de reais. Pagamos nesse quatro meses quase 1 bilhão de reais e a dívida cresceu 2 bilhões de reais.

No próximo *slide* todos verão o que aconteceu nesse período desde a contratação. Em maio de 2000, a dívida representava 11,3 bilhões, conforme contrato que foi assinado com o Prefeito e o Governo Federal à época. Já pagamos nesse período quase 15 bilhões de reais e estamos devendo 46 bilhões. Essa é uma situação insustentável. Fizemos projeções, essa dívida termina em 2030, se a nossa receita real crescer algo em torno de 1% ao ano, teremos como saldo devedor, em 2030, 377 bilhões de reais. Teremos pago algo em torno de 200 bilhões, estaremos devendo 377. Essa dívida, de fato, cada dia que passa, leva o Município a uma situação pior do que a anterior.

Essa é uma evolução gráfica que todos podem observar, ano a ano, de 11,3 vai crescendo. Em 2010 fechou em 44,1, já está em 45,9.

Próximo. E os desafios que temos pela frente. O primeiro deles é ampliar a capacidade plena de investimentos da Prefeitura, com recursos próprios e de terceiros. Atuar na gestão fiscal, gerando superávits correntes que possam ser aplicados em investimentos, fazer um processo de renegociação dessa dívida com o Tesouro de tal forma que possamos retomar a nossa capacidade de investimentos com recursos de terceiros. Tomar empréstimos em especial em organismos internacionais ou mesmo em organismos de desenvolvimento nacional, como é o caso do BNDES, para ampliação da nossa capacidade de investimentos. Melhorar a qualidade do gasto público, renegociar a dívida, equacionar um grande problema que temos que é o déficit do sistema previdenciário municipal, que estamos trabalhando nesse sentido.

Então são os desafios. Muito já foi feito ao longo desse período, mas temos

importantes gestões à frente, em especial a renegociação da dívida, junto ao Tesouro Nacional, de tal forma que traga essa dívida a um patamar que possa efetivamente ser paga em 2030, sem sacrificar a população do Município de São Paulo.

São essas as considerações iniciais, fico à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) – Tem a palavra o nobre Vereador Donato.

O SR. DONATO – Bom dia a todos, Presidente, Secretário, a primeira questão que faço ao senhor, gostaria de ter certeza do dado. No balancete publicado no *Diário Oficial*, sobre o fechamento de abril, tem um saldo disponível de 10,180 bilhões. Na sua apresentação, há uma disponibilidade de caixa de 6,900. Qual é o número efetivo de disponibilidade em abril de recursos na Prefeitura?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Não estou com o relatório de gestão, mas pelo acompanhamento que faço da disponibilidade de caixa da Prefeitura, deve ter um valor de aproximadamente 6 bilhões e alguma coisa. O número de 6,9 bilhões está mais próximo da realidade entre recursos do Tesouro e recursos vinculados, oriundos de operações urbanas, de vinculações a fundos, órgãos, etc. Mais ou menos em torno de 3 bilhões, 3,2 bilhões aproximadamente de recursos do Tesouro e o restante de recursos vinculados. Essa é a disponibilidade de caixa de 30 de abril de 2011.

Varia um pouco durante o correr do dia, até o dia 20 vai crescendo, depois, quando há o desembolso, em relação a pagamento de pessoal, diminui. No dia 30 e 31 a tendência é ...

O SR. DONATO - O ponto mais baixo.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – É o ponto mais baixo, nesse período, conforme vai ocorrendo a evolução dos meses, essa disponibilidade de caixa vai diminuindo, porque se tem ingressos extraordinários de caixa, no primeiro quadrimestre,

oriundos de pagamento de IPVA que ocorre nos três primeiros meses do ano, pagamentos relativos ao IPTU. São pagamentos à vista, que ingressam no início do ano e, com isso, geram receitas maiores no primeiro semestre do que no segundo. No segundo semestre tem despesas maiores do que receitas.

O SR. DONATO - Essa diferença é muito grande, pela experiência do senhor? Pelo que acompanhamos, é evidente existe uma diminuição do ritmo da receita, um pouco de aquecimento do ritmo da despesa, mas parece que não é tão significativa.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA - Não, não. O comportamento da receita no primeiro semestre é bem melhor do que no segundo semestre. O inverso da despesa. Despesa no primeiro semestre é menor do que no segundo. Uma coisa compensa a outra.

O SR. DONATO - De qualquer forma ...

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA - Quando se olha a disponibilidade de caixa no início do ano, nos primeiros meses, ou no primeiro quadrimestre, há disponibilidade significativa de caixa. Tem, mas é para pagar os compromissos de “restos a pagar” do ano anterior que estão ...

O SR. DONATO - Tem 1,300 que faltam, ainda.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA - Um e trezentos de “restos a pagar” e mais os compromissos que ocorrerão ao longo do exercício de receitas que se concentraram no primeiro quadrimestre.

O SR. DONATO - Pela sua experiência, o senhor não crê que o nível de execução orçamentária está bastante baixo? Porque nunca teve um saldo tão alto de caixa, pelo que lembro. Porque já viemos com um superávit de 3,700 bilhões, me parece, do ano passado.

A minha preocupação é que a cidade de São Paulo tem inúmeras carências, o senhor sabe tão bem quanto nós, dinheiro em caixa muitas vezes significa que uma obra não está sendo realizada. A pior obra não realizada é aquela que não é feita, com dinheiro em

caixa. Porque há um problema de eficiência do investimento, da aplicação do recurso público. Pela sua experiência, o senhor crê que acabaremos com o superávit este ano?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA - Ter disponibilidade de caixa significa que estamos retardando despesas, que são pagas no momento que forem liquidadas. Esses quase 2 bilhões de reais que foram inscritos em “restos a pagar”, temos ainda 1,3 para serem pagos com essas disponibilidades de caixa.

Fizemos operações urbanas que geraram de caixa para a Prefeitura, dessas disponibilidades, hoje registradas, em torno de 1,4 bilhão de reais, que são disponibilidades para as operações urbanas. São recursos vinculados que só podem ser aplicados naquelas finalidades.

O SR. DONATO - As operações urbanas estão nesta conta?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA - Estão, estão aí. Antes estavam registradas na Emurb, mas agora estão no caixa da Prefeitura Municipal. Porque se formos ver, há um saldo de caixa ...

O SR. DONATO - Se eu fizer a conta: tem 1,300 bilhão de “restos a pagar” e 1,400 de operação urbana, 2,700, tira de 6,7, tem 4 bilhões que seria o real.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA - Tem 4 bilhões para pagar as despesas deste exercício. Tem de considerar como falei anteriormente, as receitas oriundas do IPVA ocorrem nos três primeiros meses do ano, temos uma receita prevista do IPVA de algo em torno de 3 bilhões de reais, que ocorrem no início do ano, não ocorrem durante o ano inteiro. Há receitas oriundas do IPTU, em torno de 25 a 30% do IPTU é pago à vista, ou seja, os recursos ingressam no mês de fevereiro, mais tardar em março. São receitas que não se pode pegar e gastá-las na sua totalidade sob pena de faltar recursos para cumprir seus compromissos.

O SR. DONATO - E na perspectiva do senhor é terminar o ano equilibrado ou com superávit?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA - Não, terminar o ano equilibrado.

Como se pegasse a receita que o senhor auferiu como receita de rendimentos no seu primeiro dia e gastasse tudo e faltassem recursos para atender despesas no final do mês. Temos de pensar na programação ao longo do exercício, ou seja, temos um orçamento a ser cumprido de 35 bilhões de reais. Já arrecadamos, até agora, 32% nos quatro primeiros meses do ano, não chegou nem a 1/3. Essa disponibilidade de caixa o senhor pensa que é alta, mas não é, num orçamento de 35 bilhões de reais.

O SR. DONATO - O senhor crê que serão arrecadados os 35 pelas projeções?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA - Estamos trabalhando para isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) – Onde é o furo na previsão?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA - Há algumas receitas que estamos com dificuldades de realizá-las como, por exemplo, alienação de ativos. Está previsto no Orçamento algo em torno de 600 milhões de reais, de alienação de imóveis. Estamos, inclusive, submetendo à Câmara uns 12 projetos de lei, solicitando autorização para proceder à alienação de imóveis para alcançarmos a estimativa de receita de 600 milhões de reais.

Temos, também, um acréscimo feito pela Câmara, em torno de 1 bilhão e 10 milhões de reais, na estimativa de receita de ICMS.

Como estão vendo, o ICMS não está se comportando como gostaríamos que se comportasse, bem como o IPTU, que teve um crescimento em relação à estimativa inicial de 1,3 bilhão.

Estamos trabalhando no sentido de promover inúmeras ações para o incremento da receita tributária e outras ações para incremento de receitas não-tributárias.

Gostaríamos – estamos trabalhando para isso – de cumprir o orçamento aprovado pela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) - Secretário, o projeto que se encontra na Casa não estava previsto no orçamento. Concorde? Segundo as informações da

Secretaria, ele tem uma receita. É estranho. O que está acontecendo, então?

Ele não estava previsto. Então, temos de superar esse “x” desse projeto no atual orçamento.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Não. Porque, na realidade, o orçamento está superestimado. Se pegarmos o orçamento da Prefeitura e as nossas estimativas de receita...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) - Temos um projeto que vai arrecadar 1 bilhão. Então, tem algo estranho, porque estamos com um projeto, em meados de junho, de que vai entrar 1 bilhão. Então, o orçamento teria de ser “x” mais 1 bilhão.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – É, se as receitas estivessem bem estimadas, ou seja, se as receitas todas se concretizassem, teríamos 1 bilhão a mais no orçamento.

O que ocorre é que as receitas que, atualmente, estão previstas no orçamento, algumas delas são de difícil concretização e, por isso, encaminhamos esse projeto de forma que possamos suprir aquela lacuna que hoje existe para o atingimento daquelas receitas previstas no orçamento.

O SR. DONATO – Para este ano, o projeto prevê quanto de impacto na receita, se for aprovado agora?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – É difícil prever. Depende de como será a adesão ao programa de parcelamento relativo aos exercícios de 2007, 2008 e 2009. Se tivermos uma grande adesão e se essa adesão for para pagamento à vista, por exemplo, teremos um grande resultado. Mas depende de como...

O SR. DONATO – Mas tem uma experiência anterior dos outros PPIs, não é?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – A experiência dos outros gerou 400 ou 500 milhões de reais.

O SR. DONATO – No ano?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Mas foi o primeiro. Então, se tivermos o ingresso, neste ano, de 400 ou 500 milhões de reais, será um grande sucesso.

O SR. DONATO – Só o PPI?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Só o PPI. Porque ingresso, neste ano, significa pagamento à vista e parcelamentos em seis meses, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) - Secretário, o PPI, vai ser um uso e um costume de obras clandestinas – estou prevendo. Com quem se conversa: “Não. Vou fazer porque daqui a dois anos tem a anistia.” É uma grande preocupação da Câmara quanto ao PPI, porque para que a pessoa vai pagar se, daqui a dois anos, terá o PPI? É o que está acontecendo, porque estamos fazendo o PPI para 2009. É um presente ao caloteiro.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Não. Ele não é porque o PPI, da forma em que está estruturado, gera uma situação desvantajosa para quem pagar depois, mesmo parcelado, em relação a quem pagou antes.

Não podemos fazer um programa de parcelamento incentivado que gere uma situação mais vantajosa para essa pessoa que foi inadimplente ou fez algum tipo de sonegação do que para quem pagou, efetivamente, seus tributos.

Aqui há uma redução da multa. Não há perdão em relação à multa ou anistia em relação à multa, se pagar à vista você reduz 75%, ou seja, você tem que pagar 25% de multa. E há uma redução de juros, ele paga correção monetária e paga uma multa correspondente a 25% da multa punitiva ou 50% da multa punitiva. A situação é desigual em relação a quem pagou lá atrás, ou seja, mais vantajosa para quem não efetuou o parcelamento. Quem deixou de pagar está pagando em situação pior do que quem pagou lá atrás.

O SR. DONATO – Então, mas o senhor falou que numa situação boa teríamos 400 milhões do PPI. E as outras medidas do X-Tudo significam quanto para este ano?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Estamos, por exemplo, fazendo

uma avaliação de qual será o impacto em relação a nós recebermos recursos provenientes de depósitos judiciais não tributados, porque os tributados hoje já vem para a Prefeitura, desde 2003, 2004 aproximadamente, os depósitos tributados já vem para a Prefeitura. Recebemos uma listagem do Banco do Brasil, estamos fazendo uma avaliação. Hoje esse número bruto, 100%, não tributado está em algo em torno de 286 milhões de reais, vamos arredondar para 300 milhões, 70% seriam 210 milhões que poderiam vir à Prefeitura e que poderiam ser aplicados em precatórios, em investimentos...

O SR. DONATO - Voltando à questão da alienação dos imóveis, o senhor fala que existe estimativa de 600 milhões no Orçamento, mas o Secretário Marcos Cintra tem falado em trocar imóveis por creches, vai entrar em dinheiro ou vai entrar em creches a alienação de imóveis? Esse debate é importante porque tem projetos aqui para autorizar venda, a gente precisa saber de que maneira vai ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) – Só para acrescentar à pergunta do Vereador Donato, caso entrar em creches, o impacto não acontecerá?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – A Prefeitura, o Prefeito determinou enviar projeto de lei solicitando a alienação para imóveis, está incluído esse imóvel. Um dos projetos de lei é exatamente esse imóvel.

O SR. DONATO – Segundo o Secretário Marcos Cintra, todos os imóveis ele quer transformar em creche pelo que ouço ele falar... É só o do Itaim?

R – Não, estamos solicitando autorização para o caixa. Se vai construir creche, ou vai para outra coisa, depende da alocação...

P – Esse debate já iniciou e alguns Vereadores argumentam que vamos alienar para transformar em creche, e o argumento do Secretário Marcos Cintra é que a iniciativa privada é muito mais rápida para construir, para desapropriar, para achar terreno. Teria recursos, o empreendedor compraria o terreno e pagaria com creches para a Prefeitura. Não se trata disso? Eu preciso ter certeza até para eu saber como eu voto.

R – Veja bem, o projeto de lei não chegou, está chegando esta semana aqui... Está chegando agora, se não chegou hoje.

P – Tem um aqui de alienação de imóveis, não tem? São dez imóveis, doze...

R – São dez ou doze... Um deles é esse.

P – Está escrito no projeto como será?

R – Um deles é esse, vocês vão ter a oportunidade de aprofundar a discussão em relação ao assunto.

P – É, porque o problema de construção de creches hoje não é de receita. Segundo o Secretário, é de terreno, de dificuldade na licitação. Simplesmente, vincular o recurso às creches não resolve o problema real, o problema real parece que é de execução, não é de receita.

R – Nós encaminhamos os projetos de lei para cá para cumprir o estabelecido na lei do Orçamento que prevê uma receita de 600 milhões de reais oriunda de alienação de imóveis. Nós encaminhamos para cá então os projetos relativos aos imóveis que, sob o nosso ponto de vista, são passíveis de serem alienados para os Vereadores fazerem avaliação e liberar, autorizar esse ou aquele, vincula ali, aqui. Transferindo basicamente a decisão, a alienação dos imóveis à Câmara de Vereadores que é o fórum adequado para se discutir esse tipo de assunto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) – Temos visto, Secretário, várias notícias do Secretário de Desenvolvimento Marcos Cintra para a construção de hospitais, terminal Fernão Dias e do Piqueri. Se nós estamos justo no Orçamento e, segundo informações, não terminamos os 35 bilhões, não fechamos o Orçamento, não conseguimos fechar, como é que ele está propondo essas obras para este ano? Agora estamos falando do caixa, não é?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Bom, a questão do Terminal Fernão Dias é uma concessão, acreditamos até que possa gerar uma outorga onerosa privada

ou uma receita à Prefeitura.

O SR. DONATO – Então, virá uma lei para a Câmara para concessão?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) – Ele está anunciando. Então, tem que vir uma lei, primeiro, para anunciar esse...

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – A ideia de estar construindo é de uma concessão, conceder a exploração do terminal, vai fazer o investimento. Sob a nossa avaliação, até pode gerar uma receita adicional à Prefeitura porque a receita prevista será maior do que a despesa que o privado investirá. Então, tira-se aí logicamente uma margem de lucro e nós achamos que pode gerar uma receita importante para a Prefeitura. Com relação a PPP da Saúde, estamos aí, tivemos o processo de finalização do edital, da minuta de contrato a ser submetida à apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) – Têm recursos para isso?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Não, a Prefeitura, ela não vai gerar recursos, demandas este ano, são investimentos que o privado faz. O PPP, é o privado que vai fazer o investimento e quando estiver concluído ele vai ser remunerado em relação ao investimento que ele fez e também em relação à prestação de serviço que ele fará. Então, o dispêndio total em relação a isso se dará em 2014, 2015, quando os investimentos estiverem concluídos. O dispêndio este ano terá que se dar para garantir ao privado que o eventual inadimplente da Prefeitura terá uma garantia...

O SR. DONATO – O senhor disse que acredita que os investimentos estarão concluídos em 2014. Então, os três hospitais não estarão entregues o ano que vem?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Em 2013, 2014. Dificilmente aqueles hospitais estarão. Outros, aqueles prometidos na campanha pelo Prefeito, nós estamos trabalhando para que sejam concluídos em 2012.

P – Difícil, não? O senhor há de reconhecer...

R – Não!

P – Eu nunca vi um hospital ser construído em menos de três anos.

R – Mas temos uma estratégia para poder levantar rapidamente até porque não são grandes hospitais.

P – Qual é a capacidade?

R – São hospitais de 50, de 75 leitos. Foram esses hospitais os prometidos. Esses hospitais...

P – O Hospital do M'Boi Mirim são 300 leitos, se não me engano? Só para ter um parâmetro...

R – Não, são 200, 220 leitos aproximadamente, 210 leitos. Os hospitais prometidos na campanha são de 50 leitos, de 75 leitos.

P – Essa parte ninguém explicou.

R – Vou explicar, Vereador.

P – Acho que não!

R – Esses hospitais estarão concluídos em 2012.

P – Não é responsabilidade do senhor ter prometido hospital, evidente que eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) – E Pirituba, Secretário, o Centro de Convenções é PPP também?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – É uma PPP, está sendo analisada. Aí não tem nada fechado em relação a isso.

P – É que ele esteve no Secovi, falou que devemos ter Pirituba para os jogos, para a Copa do Mundo.

R – É, mas ali vai exigir investimento significativo. Ali só em desapropriação a Prefeitura deve gastar algo em torno de 200, 250 milhões de reais.

O SR. DONATO - Tem decreto já? E são cinco milhões de metros quadrados?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Isso seria de...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) – Tem aquele clube todo do Jaraguá para ser desapropriado, tem a parte do...

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Pois é, por isso estamos estimando algo em torno de 200 milhões, e isso não está consignado no Orçamento de 2011.

O SR. DONATO – O decreto já existe de utilidade pública?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Não me recordo...

P – Acho que existe, são cinco milhões de metros, se não me engano.

R – Uma área grande. Mas no Orçamento de 2011 não está consignada a despesa para desapropriações nesse valor, com esse valor significativo de 250, 300 milhões de reais. Está planejando, precisa ser feito, mas aí vamos analisar qual a disponibilidade orçamentária para poder atender aquela ação planejada. Pode ser para o ano que vem, então... Tem que considerar gastos e custos que estiverem consignados no Orçamento. Só assumiremos compromisso em relação aquilo que estiver disponibilidade orçamentária.

P – É que tem uma rubrica genérica de desapropriação, ela pode ser suplementada.

R – Não chega nesse valor.

P – Eu sei, mas pode ser suplementada, remanejada.

R – Pode, pode ser suplementada, mas tem as atuais desapropriações que estão aí programadas para transferência de órgãos públicos para o centro da cidade, melhor alocação de órgãos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) – Quanto foi usado até hoje no remanejamento, Secretário?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Pouco, pouco. Temos aproximadamente...

P – Tem condições desse remanejamento para desapropriações?

R – O que nós fizemos no Orçamento, nós tivemos em virtude de verificar que não

teríamos receita suficiente para cumprir tudo que estava previsto no Orçamento, e fizemos um grande contingenciamento de recursos. Contingenciamos mais de 5 bilhões de reais dos 35. Mais de 16% do Orçamento da Prefeitura foi contingenciado, é algo significativo porque tudo aquilo que dependia, por exemplo, de receita de terceiros, nós contingenciamos. Vamos esperar a receita chegar para depois abrir a possibilidade de gasto. Você tem algo previsto no Orçamento que depende de recebimento de recursos do Governo Federal, do Governo do Estado, de uma operação de crédito que ainda não se concretizou, o que nós fizemos? Contingenciamos e estamos aguardando. Se os recursos entrarem, liberamos os recursos. Além disso, os acréscimos feitos pela Câmara de Vereadores de um bilhão de reais, a receita de alienação de imóveis, tudo isso, fomos na despesa e fizemos o contingenciamento. Só em recursos do Tesouro Nacional temos contingenciado 2,4 bilhões de reais, de tal forma que primeiro vamos analisar o comportamento da receita e se houver receita suficiente para cumprir o que está previsto no Orçamento, ótimo. Se não, vai haver contingenciamento e cancelamento de recursos. Não temos dúvida em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues) – Quero agradecer a presença do Secretário, do Secretário Adjunto, do Subsecretário da Receita.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a audiência pública.

Tenham todos um bom dia.

